

Parte dos TREs e MPU pagam reajuste; servidores querem que STF reveja posição

Servidores criticam posição de Joaquim Barbosa, acompanhada pelo CSJT e pelo CJF, e cobram aplicação do projeto aprovado já; juiz não vê urgência e nega liminar na ação da Fenajufe

Por **Hélcio Duarte Filho**

Tribunais regionais eleitorais de alguns estados pagaram os salários de janeiro já com o aumento previsto para a GAJ (Gratificação Judiciária), dentre eles os de São Paulo e Bahia - informações não confirmadas apontam que isso ocorreu ainda em outras regiões, mas não foi generalizada. O Ministério Público da União também aplicou o reajuste, assim como o governo federal em praticamente todos os órgãos e ministérios do Executivo.

Os tribunais superiores, porém, incluindo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), e os regionais trabalhistas e da Justiça Federal seguiram a posição do presidente do STF, Joaquim Barbosa: retiraram o reajuste das folhas de pagamento, que já estavam sendo rodadas com os novos valores, e decidiram aguardar a aprovação do Orçamento da União de 2013 pelo Congresso Nacional, quando devem pagar retroativamente o reajuste. O Senado e a Câmara dos Deputados também seguraram o aumento salarial de seus servidores.

Liminar negada

A 2ª Vara Federal Cível de Brasília negou o pedido de liminar da ação ordinária movida pela federação nacional (Fenajufe) requerendo o pagamento imediato do reajuste. De acordo com o advogado Pedro Pita Machado, o juiz não teria observado urgência na demanda, alegando que não haveria risco de a União se negar a garantir

os recursos, posteriormente, para o pagamento retroativo. Segundo Pita, a federação vai estudar a viabilidade de entrar com recurso no tribunal. Ações similares movidas pelos sindicatos do Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS) e de Santa Catarina (Sintrajusc) ainda não tiveram despacho por parte dos respectivos juízes.

A reportagem apurou que a decisão de não aplicar já em janeiro a Lei 12.774/2012, referente ao aumento da GAJ, partiu do ministro Joaquim Barbosa, que não teria consultado o colegiado do órgão e nem os demais tribunais superiores. O presidente do STF nem sequer comunicou a suspensão do reajuste às entidades sindicais representativas dos servidores. Desde que assumiu a presidência, no dia 22 de novembro do ano passado, Barbosa não recebeu dirigentes sindicais da categoria e nem respondeu aos pedidos de audiência protocolados pela Fenajufe.

Com isso, cresce a insatisfação da categoria diante da indefinição sobre o pagamento e da possibilidade de que o atraso na votação do Orçamento se prolongue - não há garantias de que ele seja apreciado no Congresso na primeira semana de fevereiro, antes do Carnaval, como prometido pelos presidentes do Senado e da Câmara. "Já apontamos a convocação de um ato público em fevereiro caso se confirme a postergação do pagamento", informa Adilson Rodrigues, dirigente do Sintrajud-SP.

O Sintrajud, além de cobrar dos tribunais o pagamento imediato do reajuste, está acompanhando atentamente a implementação da lei 12.774/2012, para evitar distorções e prejuízos à categoria. Para tanto, adotará as medidas que forem necessárias.

MTE suspende Imposto Sindical sobre servidores federais - Pág. 04

Novo posicionamento do MTE servirá como um argumento a mais em favor dos servidores



Jesus Carlos

● 29/07/2011 - Exemplo: No TRF/JF mobilização impediu piora no convênio

Convênio médico: Servidores da JT debatem novo contrato em assembleia no fórum Ruy Barbosa- Pág. 03

Assembleia quinta-feira, dia 07, 18h30, no auditório do 1º subsolo, presença de todos é fundamental

Agentes de segurança debatem jornada de trabalho no TRF-3 - Pág. 03

Servidores rechaçam escala 12 por 36 que desconsidere finais de semana, feriados e o recesso

Diante da tragédia ocorrida em Santa Maria, o Sintrajud manifesta pesar e solidariedade aos familiares e amigos



Fazemos uma pequena homenagem a João Zinclar, um fotógrafo das lutas

João Zinclar
1957 - 2013

João faleceu em acidente em 19/01. Ele trabalhou conosco em algumas ocasiões.



Jeitinho brasileiro de assassinar 235 pessoas: corrupção



Pedro Aparecido de Souza*

Ninguém sabia que o alvará estava vencido? Nem o Corpo de Bombeiros? Nem a Prefeitura? Nem o CREA? Nem a Polícia? Nem o Ministério Público? Nem o Conselho Tutelar? Nem o Judiciário? Nem o PROCON?

De jeitinho capitalista em jeitinho capitalista matamos e morremos aos milhares nas estradas, nos hospitais, nos desmoronamentos.

E a corrupção, coluna mestra do sistema econômico, sempre está por trás de todos estes “incidentes”.

Que pelo menos tenhamos dezenas de processos penais contra todos que foram culpados pela “omissão” e não fiscalizaram. E cana para todos. Afinal, quem tem uma filha ou um filho jovem espera que possa acontecer um punhado de coisas pela ousadia e até irresponsabilidade dos jovens. Mas nunca espera que seu filho morra pela irresponsabilidade de autoridades que se “omitiram” e não fizeram a fiscalização preventiva de verdade.

Agora, “autoridades”, expliquem para os 235 pais que tiveram os filhos assassinados. Tragédia é quando não se pode prever ou prevenir. Um lugar com mais de mil pessoas com uma única porta de saída é a porta para a morte. E nenhuma “autoridade” sabia...

A maior solidariedade aos 235 mortos e outras centenas de feridos, e solidariedade aos familiares, além da ajuda material e humana, é exigir punição aos empresários proprietários da boate e todas as pessoas que se omitiram na fiscalização e não fizeram o seu dever de Servidor Público.

Solidariedade também é exigir punição.

* Servidor do TRT-MT, dirigente da Fenajufe e presidente do Sindijufe-MT

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

SÃO THOMÁS MORUS, BATMAN!

Northrop Fries, em sua obra Crítica Literária, percebe semelhanças entre os movimentos sociais opositores de esquerda e os movimentos sociais católicos: todos querem chegar a um consenso de equalização lógica através da dialética.

É bem verdade, que o governo de situação, não obstante, vivendo uma outra finalidade, pudesse galgar cada vez mais a busca de uma “razão de ser”, não sendo nenhuma surpresa se um jornalismo chapa branca, factóide, um potencial tentáculo do governo, ao fazer um plano de manutenção do status quo governamental, tentasse provocar o judiciário e articulasse o labor dos magistrados à sua presença e não a sua produção, que inclui suas horas de folga.

Assim, sem desmerecer as lutas sociais por melhores condições de vida e de trabalho, na busca universal da verdadeira justiça e cidadania que são cobradas pelas entidades religiosas e sindicais, devemos nos perguntar o porquê de um jornalismo que se julga democrático, atacar gratuitamente o judiciário, baseado em informações pouco fundadas, quando há coisas muito mais relevantes, que ameaçam a saúde, a educação e a justiça social, a julgar pela periclitante situação da situação. Será que estão usando a tática de que a melhor defesa é o ataque? Será que a valorização dos vencimentos dos concursados trabalhadores públicos, que são uma peça da manutenção dos direitos sociais, seria uma ameaça a manutenção dos interesses mesquinhos das políticagens?

A situação de hoje é sensacional! Se o sir Thomas Morus entrou para a história como o santo patrono dos políticos por sua vida íntegra e dialética, frente a corte do rei Henrique VIII, este que foi nada democrático, dialético ou retórico, diria que aqui no Brasil, Henrique VIII conseguiu seu lugar entre os frutos deletérios, podendo até ser considerado seu patrono eventual.

Rodrigo Carneiro de Oliveira Tietzmann
Servidor da Justiça Trabalhista

NOTAS

Horas extras no Tribunal Regional Eleitoral

Os colegas do Tribunal Regional Eleitoral de SP receberam uma boa notícia no dia 29 de janeiro. Em comunicado interno, a diretora-geral do TRE-SP, Jade Prometti, anunciou a redução, de 200 para 175, do divisor utilizado para cálculo do salário-hora do serviço extraordinário. A decisão está baseada na Resolução TSE n. 23.386/2012. Segundo a nota, a presidência do TRE-SP decidiu aplicar o novo divisor a partir de agosto de 2012, “razão pela qual o serviço extraordinário prestado a partir dessa data foi reprocessado no corrente mês, computando-se a 8ª hora para todos os efeitos”.

Funpresp-Exe entra em vigor

A partir de 4 de fevereiro, os servidores nomeados pela administração pública que ganharem acima do teto da Previdência (R\$ 4.159) estarão submetidos ao regime da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, o Funpresp-Exe.

A aprovação desse fundo foi um dos maiores ataques aos servidores públicos federais e foi a complementação da Reforma da Previdência, de 2003. Ainda não há informação sobre quando será implementado o Funpresp-Jud.

Oficial de Justiça é assaltado

O Sintrajud recebeu a triste notícia de um Oficial de Justiça do TRT da 2ª Região: “No último dia 08/01/2013 fui assaltado em Ferraz de Vasconcelos à mão armada por três indivíduos que, mediante grave ameaça, levaram todos os meus pertences e inclusive meu veículo. Com certeza outros casos poderão ocorrer, mas serve de alerta às nossas autoridades que teimam em não acreditar que o cargo de Oficial de Justiça não merece atenção principalmente em relação à segurança. Há outros tópicos como uso de veículo próprio e todas as consequências dessa utilização. Estou tendo despesas diversas por ter meu veículo roubado e não vejo o Estado preocupado em ressarcir minhas despesas”.

O Sintrajud é solidário ao colega e reforça a defesa das reivindicações do segmento por mais segurança e melhores condições de trabalho

Derrubada liminar, em favor do Sintrajud, que impedia a divulgação nominal dos salários

Dia 29 de novembro, o desembargador federal Carlos Murta reformou a liminar que impedia a divulgação nominal dos salários dos servidores do Judiciário em São Paulo. O Sintrajud reafirma a sua posição em defesa de todas as medidas que visem a transparência na administração pública, mas é contrário à exposição nominal dos servidores. O Depto. Jurídico do sindicato já recorreu.

Aulas de dança de salão

Os dançarinos de plantão devem ficar atentos. O Sintrajud vai abrir novas turmas em março. Dia e hora ainda serão definidos, mas quem quiser participar, deve manifestar interesse pelo email: sintrajud@sintrajud.org.br, utilizando como título da mensagem Aula de Dança. A manifestação de interesse também pode ser feita pelo telefone 11 3222-5833, pedir para falar no Atendimento.

Sintrajud questiona norma que prejudica aposentados no TRT-2

O Sintrajud vai ajuizar ação questionando a Portaria GP nº 47/2012, que regulamenta a antecipação da 1ª parcela do 13º salário no TRT. Entre outras coisas, a norma estabelece que a antecipação será creditada nos meses de junho, podendo ser paga antes em caso de gozo de férias no 1º semestre, mediante opção do servidor. A norma fere o princípio da isonomia, pois aposentados e pensionistas, obviamente, não têm direito a essa opção. Foi mais uma medida prejudicial ao segmento, especialmente no mês de janeiro, marcado por várias despesas extras.

Convênio médico: Servidores da Justiça Trabalhista debatem novo contrato em assembleia

Assembleia quinta-feira, dia 07, 18h30, no auditório do 1º subsolo, e a presença de todos é fundamental

O ano mal começou, e os servidores da Justiça Trabalhista são chamados à mobilização para defenderem seus direitos. Com o fim do contrato entre a Amil (operadora do plano de saúde) e o Tribunal Regional Trabalhista da 2ª região, existe o perigo de uma piora no convênio médico dos servidores.

Para debater as possíveis mudanças no convênio médico e o processo de licitação para um novo contrato, o Sintrajud vai realizar uma assembleia no fórum Ruy Barbosa: quinta-feira, dia 07, 18h30, no au-

ditório do 1º subsolo, e a presença de todos é fundamental.

O sindicato já solicitou à administração do TRT-2 todas as informações acerca do processo de elaboração do edital de licitação e das tratativas com a atual operadora. O Sintrajud também solicita participar do processo de negociação para a formulação de um novo contrato. “Queremos que um padrão adequado de qualidade seja garantido, sem nenhum prejuízo à categoria”, diz o diretor da entidade e servidor da JT Tarcísio Ferreira.

Reclamações

Não é de hoje que os servidores sentem uma piora no atual plano médico. São várias as reclamações de colegas quanto ao descumprimento de serviços pela Amil, prejudicando tratamentos em andamento e sem a devida inclusão de novos estabelecimentos equivalentes.

Em Santos, por exemplo, os trabalhadores têm encontrado enormes dificuldades em obter guias para consultas de médicos conveniados ao hospital Ana Costa. Isso tem feito com que servidores e familiares interrompam tratamentos ou paguem por consultas, além do plano que já pagam.



● 29/07/2011 - No TRF-3/JF, mobilização contra o reajuste e coparticipação

Experiência no TRF-3

Os servidores da JF e TRF-3 passaram por uma situação muito semelhante nos últimos anos. Foi necessária muita mobilização para que os servidores não tivessem o padrão de qualidade do plano comprometido.

No âmbito da Justiça Federal, o valor repassado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) estava

congelado desde 2004, em R\$ 90,00. Isso tornava a manutenção do plano de saúde insustentável. A saída dada pela administração do TRF-3 foi a redução gradativa de vários serviços antes fornecidos pelo convênio. A garra da categoria, porém, garantiu para 2013 o reajuste do valor para R\$ 153,07, ou 70%.

Agentes de segurança debatem jornada de trabalho no Tribunal Regional Federal

Servidores rechaçam uma escala 12 horas por 36 horas que desconsidere finais de semana, feriados e o recesso forense

Por Caê Batista

Na tarde de quinta-feira (31), os agentes de segurança do Tribunal Regional Federal da Terceira Região debateram as possíveis mudanças na jornada de trabalho pretendidas pela administração. Apesar de algumas opiniões diferentes, os servidores foram unânimes ao dizer que uma escala 12 horas por 36 horas que desconsidere finais de semana, feriados e o recesso forense será rechaçada pelo segmento.

Muitos agentes de segurança foram categóricos ao dizer que querem trabalhar no regime em que foram contratados. “Caso haja necessidade de trabalho aos finais de semana e feriados, que a administração pague hora extra”, disse um servidor.

Durante a reunião, foi possível perceber que há muitos boatos circulando dentro do tribunal

Administração do TRF-3 diz estar aberta ao diálogo

Na quarta-feira (30), em reunião com sindicalistas, o diretor-geral do TRF-3, Amelino Rabelo Custódio, disse que a administração está de portas abertas para debater a jornada de trabalho dos agentes de segurança. Participaram da reunião Cléber Borges Aguiar e Antonio Claudio Klein, diretores executivo e de base do Sintrajud, respectivamente.

Em relação à escala 12 por 36, o diretor geral disse: “Se não for resolver o problema, não vamos implementar”. A ideia, a partir de agora, é envolver o conjunto dos agentes de segurança no debate para tentar um consenso sobre o tema.

Mas a solução pode não ser tão simples. Segundo Amelido, por uma questão de contenção de gastos, a administração tem realocado as verbas de horas extras do setor de segurança “para as áreas fim”.

Em junho de 2012, a administração publicou a Resolução 296, definindo regras para horas extras no TRF-3. Entre elas, que os serviços de plantão

dos agentes de segurança “serão realizados em escala de revezamento com a correspondente compensação”.

Ocorre que, como há poucos agentes, a compensação das horas tornou-se praticamente impossível, gerando situações de servidores com mais de 50 horas no banco que não conseguem uma data da usufruir do descanso. Assim, os agentes de segurança deixaram de receber horas extras e não conseguem tirar as horas.

Para o diretor do Sintrajud e agente de segurança Cléber Borges Aguiar, a não remuneração pelo trabalho extraordinário representa um ataque aos direitos da categoria. “Há, neste caso, uma evidente afronta à legislação”, disse.

O Sintrajud, junto com os servidores, seguirá cobrando uma solução que não prejudique os trabalhadores e garanta os direitos. “Além dos nossos direitos, queremos melhores condições de trabalho e a contratação de mais servidores”, defende.

sobre como poderia vir a ser essa escala de trabalho, mas nada de concreto que possa ser efetivamente debatido pelos servidores.

Os agentes de segurança conversaram sobre algumas inicia-

tivas que poderão ser adotadas para mostrar à administração do tribunal que não aceitam uma jornada de trabalho prejudicial. Dia 5 de fevereiro haverá reunião dos agentes com

a chefia do setor de segurança. Todos devem se manter atentos e mobilizados para responder a qualquer ataque aos direitos e às condições de trabalho do segmento.

Ministério do Trabalho suspende norma que instituiu Imposto Sindical sobre servidores federais

Embora ainda não haja certeza sobre o afastamento da cobrança, o posicionamento do MTE servirá como um argumento a mais em favor dos servidores

Por Caê Batista

O Ministério do Trabalho suspendeu a cobrança da Contribuição Sindical (Imposto Sindical) dos servidores federais. Publicada no Diário Oficial da União, em 15 de janeiro, a Instrução Normativa nº 01 tornou sem efeito outra Instrução Normativa do próprio MTE, de setembro de 2008, que havia instituído a cobrança.

Tal medida pode afastar o imposto dos servidores da JF, únicos no Judiciário que sofrem o desconto. Mas o afastamento será definido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), que não se pronunciou após a nova posição do MTE.

O Sintrajud protocolou no CJF manifestação sobre essa revogação. O termo foi juntado ao procedimento administrativo apresentado pelo sindicato naquele conselho, questionando a cobrança.

“O Sintrajud sempre foi contrário a esse imposto, e essa decisão do MTE

pode ajudar a derrubá-la. Se o fim da cobrança for mantido, podemos comemorar, do contrário, seguiremos a nossa luta contra o Imposto Sindical”, afirmou Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud e servidora da JF.

Além de todos os esforços para afastar o Imposto Sindical da categoria, incluindo ação judicial, mobilização de servidores e pressão sobre as cúpulas do TRF-3 e CJF, o sindicato, anualmente, devolve à categoria a parte que lhe caberia do imposto, 60%.

Centrais governistas podem tentar manter cobrança

Paulo Barela, da CSP-Conlutas, diz que a medida do MTE é positiva, mas alerta: “Considerando que a maior parte do orçamento das centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CTB) é oriundo do Imposto Sindical, não há dúvida de que haverá pressão para manter a cobrança”. Em 2011, a CUT recebeu R\$ 35 milhões de IS.

O que é o Imposto Sindical

Criado por Vargas em 1939, o IS serviu para atrelar os sindicatos ao Estado. Na Ditadura, em 1976, ganhou o nome de Contribuição Sindical, mas com o mesmo caráter.

Em março, quem tem carteira

assinada sofre o desconto de um dia de trabalho. Os recursos são assim distribuídos: 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para confederações, 10% para centrais sindicais, 10% para o ministério do trabalho.



Cobrança sobre os servidores públicos federais é recente

Quando a cobrança foi criada, os servidores eram proibidos de organizar sindicatos; garantia conquistada na Constituição de 1988. Mas as entidades de servidores que surgiram na época não aceitaram a interferência e recursos do Estado.

Em 2008, o MTE autorizou a cobrança dos servidores federais. No ano seguinte, de olho

na grana, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), entidade sem nenhuma representatividade, requereu a cobrança nos órgãos do judiciário, acatada apenas pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), que vem mantendo o desconto desde 2010, contrariamente aos interesses da categoria.

CUT se recusa a assinar campanha pela anulação da reforma da Previdência

Por Hércio Duarte Filho

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) se recusou a assinar o cartaz da campanha nacional do funcionalismo que defenderá a anulação da reforma da Previdência aprovada em 2003. Ao invés disso, vai promover, no Rio de Janeiro, um ato público pela anulação do julgamento do Supremo Tribunal Federal que levou à condenação do então ministro José Dirceu e outros 24 réus, envolvidos com o esquema de compra de votos e apoio político no primeiro mandato do governo Lula, o chamado ‘mensalão’, que vigorou no período em que a reforma foi aprovada.

A campanha que está sendo organizada pelo Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Pú-

blicos Federais terá cartaz cujo mote é a frase “Reforma da Previdência Comprada Tem Que Ser Anulada”. A decisão da CUT nacional de não assinar a campanha foi comunicada às entidades que integram o fórum por meio de uma nota, na qual a central diz apoiar a luta contra os efeitos da referida reforma sobre os trabalhadores, mas alega estar impossibilitada de assinar o cartaz da campanha porque esta estaria calcada no entendimento de que a emenda constitucional em questão foi aprovada com compra de votos.

Diz trecho da nota: “(...) Ratificamos nossa posição contrária à Reforma objeto da campanha, mas, porém, com relação ao mérito da campanha que tem com Tese (sic) a caracterização da compra de votos no Congresso Nacional para aprovação da

Reforma da Previdência de 2005 [na verdade, 2003], entendemos ser uma tese de nível de controvérsia técnica e política muito complexa, gerada em verbalizações em partes do debate no julgamento recente da ação no STF denominada popularmente de ‘mensalão’. A nota, que ressalta o acordo da central com a participação no fórum unificado do funcionalismo, é assinada pelos diretores executivos Wagner Freitas, Sergio Nobre e Pedro Armengol.

Zé Dirceu é ‘convidado especial’

Por outro lado, a CUT-RJ organizou um ato pela anulação não da reforma, mas do julgamento da Ação Penal 470 pelo STF. O ex-ministro José Dirceu foi ‘convidado especial’ ao evento. A atividade ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa, na

quarta-feira (30), no Centro do Rio, e foi convocada pela central na internet como um ato “pela anulação do julgamento do mensalão”, apontado como repleto de ‘erros’ por parte dos ministros do Supremo.

A reforma da Previdência de 2003 passou no Congresso Nacional em meio a manifestações contrárias dos servidores por todo país. No dia da votação na Câmara dos Deputados, cerca de 50 mil pessoas ocuparam as ruas de Brasília – para dizer não à emenda constitucional que reduziu e taxou aposentadorias e pensões e postergou o direito dos servidores de se aposentar. Reforma que o procurador-geral da República e os ministros do STF concluíram, nove anos depois, que foi aprovada com compra de votos.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do
Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira (licenciado), José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br

Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista | **Colaborador:** Hércio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

